

CONFERÊNCIA ESTADUAL POPULAR DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS: TRINCHEIRA PARA A DISPUTA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

ROSILENE LAGARES

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brasil

ROBERTO FRANCISCO DE CARVALHO

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brasil

PAULO FERNANDO DE MELO MARTINS

Universidade Federal do Tocantins (UFT), Palmas, Tocantins, Brasil

GREICE QUELE MESQUITA ALMEIDA

Instituto Federal do Tocantins (IFTO), Dianópolis, Tocantins, Brasil

RESUMO: À luz da perspectiva crítico-dialética e assentando-se em fontes bibliográficas e empírico-documentais, este artigo objetiva problematizar as principais tensões e os desafios que se colocaram no movimento de realização da 2ª Conferência Estadual Popular de Educação do Tocantins, em maio de 2022, abordando, para isso, os sujeitos coletivos, meandros da organização e construção de proposições do evento. Tomando as Conferências Populares como movimentos e espaços de resistência política às medidas educacionais que negam o direito à educação e como mecanismos de gestão democrática e planejamento de políticas públicas educacionais, esta pesquisa reitera sua importância nesta conjuntura de inviabilização da educação pública. Esse movimento materializa a contradição, com a disputa entre classes no debate e na construção de propostas para o campo educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Conepe-Tocantins. Política Educacional. Gestão Democrática da Educação. Conferências de Educação.

INTRODUÇÃO

Forças sociais brasileiras, defensoras do processo democrático de acompanhamento, monitoramento, avaliação e elaboração de políticas públicas e em defesa da garantia do direito à educação, vêm participando da construção das Conferências Populares de Educação em Municípios, Regionais, Estados e no país, embora, a partir de 2018, sob a influência de um contexto adverso à democracia tenha sido tensionada uma nova direita na arena social e parlamentar no Brasil (AVRITZER, 2017; SILVA; MEI, 2018). Destacamos, também, na esfera pública do país, uma nova fração de intelectuais, portadores de certo tipo de ideário claramente de direita (CHALOUB; PERLATTO, 2016), bem como o amplo alcance dessa direita nas redes sociais e plataformas digitais (MESSENBURG, 2017; PENTEADO; LERNER, 2018).

Em conjuntura marcada pelo acirramento da luta política contra o Governo Michel Temer, que teve acesso ao poder via golpe parlamentar, em 2016, por meio do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, eram profundas as conexões no âmbito do Poder Judiciário sob os interesses de grupos militares e econômicos brasileiros articulados

ao capital internacional, em especial, ao estadunidense. A aprovação de mudanças na lei trabalhista e a terceirização de todas as atividades nos setores econômicos foram uma das principais realizações do referido Governo, que, objetivamente, fortaleceu as políticas neoliberais, retirando direitos históricos da classe trabalhadora e reduzindo drasticamente os recursos públicos nas áreas sociais. Tais mudanças sinalizavam um campo de forças econômicas e político-sociais como direção preponderante/hegemônica, mobilizadora do processo de minimização do Estado em relação à realização das políticas públicas com impactos importantes para a educação (GRAMSCI, 1978).

No campo educacional, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016), instituindo novo regime fiscal e a objeção de investimentos em políticas públicas, sustentou um dos maiores retrocessos na história do país. Nesse contexto, o Ministério da Educação do Governo Michel Temer, em abril de 2017, redefiniu a composição do Fórum Nacional de Educação, excluindo legítimos representantes da sociedade civil e entidades de classe, como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee); Federação de Sindicatos de Trabalhadores de Universidades Brasileiras (Fasubra); Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino (Proifes); Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Profissional (Sinasefe); Confederação Nacional de Pais de Alunos (Confenapa); Representação da Comunidade Científica; Representação Social do Campo e Centrais Sindicais dos Trabalhadores. Incluindo, intencionalmente, órgãos governamentais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2017). Sendo assim, contrapondo-se aos interesses da classe trabalhadora, com essa recomposição do Fórum, reforçando a natureza autoritária e privatista do governo, a Conferência Nacional de Educação (CONAE), em 2018, tornou-se inviável no formato democrático em que vinha sendo planejada pelo mencionado Fórum e passou a expressar o entendimento de democracia fundamentada na ideia de controle gerencial dos processos e resultados educacionais (FNE, 2018).

A Conferência Nacional Popular (Conape), frente à tensão apresentada, problematiza o sentido da política privado-mercantil em andamento por meio do debate que explicita um projeto de Nação/Estado em que a educação da classe trabalhadora, em seu sentido popular, é prioridade das políticas públicas e, nesse sentido, a escola pública é central para o acesso ao capital cultural/educacional produzido pela humanidade (CONAPE, 2021). Nos referimos à lógica de Estado de cunho social, comprometido com o desenvolvimento das pessoas concretas que dependem da esfera pública e da educação entendida como serviço destinado ao interesse coletivo e ao bem comum sem desconsiderar o desenvolvimento dos indivíduos como seres sociais históricos.

A Conferência Popular de 2021 expressa a continuidade da luta democrática pela educação brasileira ancorada nos princípios da igualdade, liberdade, gratuidade e laicidade, materializada nas políticas sociais, direito à educação, inclusão diversificada, valorização dos trabalhadores em educação, gestão e financiamento da educação e projeto de Nação (CONAPE, 2021).

Depreendemos da Conape, conforme o Documento Referência de 2021, a disputa por duas concepções de mundo e de educação: uma expressa na forma de educação hegemônica – burguesa, de natureza unilateral, mercantil e internalizante da lógica do capital (MÉSZÁROS, 2008) – e outra, de perspectiva contra-hegemônica, que inclui a classe trabalhadora enredada pela educação nacional-popular, democrática e de espectro formativo amplo.

Tomando como referência Gramsci (1991, 2004), sob o ponto de vista da política, o popular refere-se à classe trabalhadora; sob o ponto de vista da cultura – para além dos aspectos fossilizados e reacionários tradicionais e inovadores/progressistas – a dimensão do popular que mais deve nos interessar é a que se coloca em contradição com a moralidade dominante burguesa.

Nessa linha de entendimento, conforme Gramsci (1991, 2004), a hegemonia da burguesia ocorre, também, pelo exercício à direção intelectual e moral da sociedade. Desse modo, a classe dominante, ao dar uma direção intelectual para a sociedade, abrange em seu direcionamento a moral e, nesse sentido, implica formas de agir no mundo (DORE, 2006). No caso da hegemonia burguesa, objeto da nossa discussão, sua forma homogeneizante de educar exclui as diferenças de classe, gênero, raça, etnia etc. A Conape (2021), nesse sentido, expressa um movimento que se contrapõe à lógica formativa hegemônica em curso no âmbito da sociedade brasileira atual.

No movimento contraditório¹ – que tensiona a resignificação dada à CONAE pelo governo federal (BRASIL, 2017) –, foi constituído o Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE), que, por conseguinte, organizou a Conape, materializando a sua 1ª edição no período de 24 a 26 de maio de 2018, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, construída por meio de um processo coletivo de articulação de entidades da sociedade civil: “[...] a organização da CONAPE – em lugar da CONAE, também desfigurada na avaliação das entidades – foi uma ação importante na resistência, também, presente em outros tantos eventos, documentos e publicações” (OLIVEIRA; SÜSSEKIND, 2019, p. 2).

Conforme a Carta de Convocação para 1ª Conape, seria uma “[...] forma de organizar e manter a mobilização em torno da defesa do PNE [Plano Nacional de Educação], da necessidade de monitoramento das metas e da análise crítica das medidas que têm inviabilizado a efetivação do Plano [...]” (FNPE, 2018, n. p.).

Nas circunstâncias da segunda década do século XXI, as Conferências Populares têm sido espaços essenciais de reivindicação, proposição e avaliação das políticas públicas educacionais, e a participação popular tem se constituído uma conquista e avanço para o campo educacional (ALMEIDA; SANTOS; DAMASCENO, 2021).

Repercutindo e reforçando o movimento de resistência, no Tocantins, a 1ª Conferência Estadual Popular de Educação (Conepe-Tocantins) aconteceu em 11 de maio de 2018, conforme hipertexto divulgado na página *online* do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Tocantins, no dia 10 de maio (SINTET, 2018).

A 1ª Conepe-Tocantins (SINTET, 2018, n. p.) buscou “uma reafirmação do compromisso do governo [federal] com uma educação verdadeiramente transformadora”, ocorrendo nas dependências do próprio sindicato e da seguinte forma:

A conferência reúne os mais diversos segmentos da educação, movimentos sociais e populares para discutir as políticas públicas para uma educação pública e de qualidade no país, a exemplo, a

implementação dos planos nacional, estadual e municipais de educação.

[...]

O Sintet, filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) defende a realização da CONAPE, como instrumento de luta contra os ataques do governo de Michel Temer à educação pública e ao Plano Nacional de Educação (PNE) construído democraticamente, antes do golpe de 2016.

[...]

Programação da CONAPE Tocantins 2018

11 de maio de 2018

8h00 – Credenciamento

8h30 – Abertura: Formação da mesa e cerimônia de abertura

José Roque Rodrigues Santiago – presidente do Sintet e da CUT/TO

Carlos de Lima Furtado – Secretário Geral do Sintet

Silvânia Pereira de Sousa Pires – Secretária de Políticas Educacionais do Sintet.

Rose Franca da Silva Oliveira – Secretária adjunta de Políticas Educacionais do Sintet

09h00 – Conferência de Abertura

Consolidação do SNE e o PNE: Monitoramento, avaliação e proposição de políticas para a garantia do Direito à educação de qualidade social, pública gratuita laica

Heleno Araújo – presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores/as em Educação (CNTE) e Coordenador do Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE)

09h40 – 2ª Conferência

Planos Decenais, SNE e políticas intersetoriais de desenvolvimento e educação: cultura, ciência, trabalho, meio ambiente, saúde, tecnologia e inovação

Prof. Dr. Paulo Fernando de M. Martins (UFT - Núcleo Interdisciplinar de Direitos Humanos, Colegiado do Curso de Pedagogia)

10h20 – Mesa de Regimento

11h00 – Almoço

13h00 – Plenária Eixos/simultâneas

Eixo I – Planos Decenais e SNE: instituição, democratização, cooperação

Debatedor: Cleber Borges

Eixo II – Planos Decenais e SNE: qualidade, avaliação e regulação das políticas educacionais

Debatedor: Guilherme Barbosa

Eixo III – Planos Decenais, SNE e gestão democrática: participação popular e controle social

Debatedor: Iara Anderson Pio de Freitas Vilarinho

Eixo IV – Planos Decenais, SNE, democratização da Educação: acesso permanência e gestão

Debatedora: Iolanda Bastos

LAGARES, R.; CARVALHO, R. F. de; MARTINS, P. F. de M.; ALMEIDA, G. Q. M.

Eixo V – Planos Decenais, SNE, Educação e Diversidade: democratização, direitos humanos, justiça social e inclusão

Debatedor: Silvano Mota

Eixo VI – Planos Decenais, SNE e políticas intersetoriais de desenvolvimento e educação: cultura, ciência, trabalho, meio ambiente, saúde, tecnologia e inovação

Debatedor: Prof. Dr. Paulo Fernando Martins

Eixo VII – Planos Decenais, SNE e valorização dos profissionais da educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde

Debatedor: Carlos Furtado

Eixo VIII – Planos Decenais, SNE e financiamento da Educação. Gestão, transparência e controle social

Debatedora: Rosy Franca

16h00 – Plenária Final

17h00 –Enceramento (SINET, 2018, n. p.).

Novamente convocados e repercutindo as deliberações do Fórum Nacional Popular de Educação, no Tocantins, em maio de 2022, presencialmente, e com transmissão pelas redes sociais², foi realizada a 2ª Conepe (CONEPE-TOCANTINS, 2022), sendo, portanto, o objeto deste texto. À luz de uma perspectiva crítico-dialética e assentando-nos em fontes bibliográficas e empírico-documentais, especialmente, documentos elaborados para a Conferência no estado, temos por objetivo problematizar as principais tensões e os desafios que se colocaram no movimento de realização da 2ª Conepe do Tocantins, em maio de 2022, abordando os sujeitos coletivos, os meandros da sua organização e a construção de proposições.

O texto é resultado, então, de reflexão teórico-prática acerca dos fundamentos e da forma como a Conepe-Tocantins foi realizada, bem como da apreensão dos resultados advindos do esforço coletivo dispensado em sua realização, base problematizadora da continuidade das futuras Conferências Populares de Educação no Tocantins.

2ª CONEPE-TOCANTINS: SUJEITOS COLETIVOS E PAPÉIS NO MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO

Após quatro anos, realizar a 2ª Conepe no Tocantins é constituir-se como parte de um movimento nacional de resistência (DOURADO; ARAÚJO, 2018) desencadeado pelo Fórum Nacional Popular de Educação, considerando, mais uma vez, o contexto como um conjunto de relações socioeconômicas, políticas, ideológicas e educacionais antagônicas aos princípios originários das Conferências Populares, não obstante perpassado pela contradição da disputa entre classes nas propostas educacionais no Brasil, conforme expresso no item anterior deste artigo, referenciado, entre outros autores, em Gramsci (1991, 2004, 2006) e Dore (2006).

Em 2022, o Fórum Estadual Popular de Educação do Tocantins, mobilizado para a organização da Conepe, concebeu a Conferência como espaço e mecanismo no pacto social e democrático para a materialidade da gestão democrática substantiva da educação e, com esse sentido, materializou uma Coordenação Executiva – organizadora do esforço coletivo – com a participação de nove associações e entidades de classe, como representado no Quadro 1.

Quadro 1 – Comissão de Organização da 2ª Conepe-Tocantins/2022

| Associação/entidade de classe | Sujeito(s) |
|---|--|
| Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) | Prof. Dr. Paulo Fernando (UFT) |
| Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) | Profa. Dra. Rosilene Lagares (UFT) |
| Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) | Prof. Carlos de Lima Furtado |
| Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado do Tocantins (Sintet) | Professores José Roque Rodrigues Santiago, Fábio de Souza Lopes, Rosy Franca Silva Oliveira, Silvinia Pereira de Sousa Pires |
| Federação das Associações Comunitária e de Moradores do Tocantins (Facomto) | Profa. Maria do Carmo Ribeiro |
| Central Única dos Trabalhadores (CUT) | Prof. Carlos de Lima Furtado |
| Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET) | Sem participação do representante |
| Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) | Sem participação do representante |
| Escola Família Agrícola de Porto Nacional | Sem participação do representante |
| União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES) | Guilherme Barbosa Rodrigues Fonseca Naves |

Fonte: elaborado pelos autores.

Para a organização da Conferência, três Comissões – Metodologia e Sistematização, Comunicação e Mobilização e Infraestrutura e Financiamento – foram constituídas pelos representantes das associações e entidades de classe que compõem o Fórum Estadual Popular de Educação.

A *Comissão de Metodologia e Sistematização*, sob a responsabilidade da Anfope, da Anpae, da ANPEd, da UNE e do Sintet, teve como papéis, entre outros, desenvolver a metodologia para a organização da Conferência; propor o Regimento Interno; coordenar o processo de sistematização das proposições das Conferências/etapas Intermunicipais (Araguaína, Gurupi e Palmas³) e Estadual; e elaborar, rever e disseminar publicações do Fórum Estadual e de outros documentos.

Como ações, além do previsto, diante da ausência de informações relacionadas à existência e publicidade de relatórios de monitoramento e avaliação da execução do Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/TO – 2015-2025) e do cumprimento de suas metas, estratégias e demais dispositivos, sob a incumbência da Secretaria da Educação, da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, do Conselho Estadual de Educação e do Fórum Estadual de Educação, como disposto no artigo 4º da Lei nº 2.977, de 8 de Julho de 2015, que aprovou o Plano (TOCANTINS, 2015),

a representação estadual da Anfope solicitou o encaminhamento de cópias dos mencionados relatórios à Secretaria Executiva do Fórum Estadual Popular de Educação do Tocantins. Todavia, passado um mês desde a solicitação, a entidade ainda não havia recebido qualquer informação. Nesse contexto, a Coordenação Estadual da Associação agendou reunião com a 10ª Promotoria de Justiça da Capital do Ministério Público do Estado (MPE) para tratar das ações em andamento sobre a execução do PEE/TO. A reunião foi um passo importante para iniciar o processo de colaboração entre pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins (UFT), associações acadêmicas e o MPE-TO, para acompanhar, monitorar e avaliar a execução do Plano de Educação.

Concomitantemente, o Sintet, provocado pela *Comissão de Metodologia e Sistematização*, protocolou no Fórum Estadual de Educação solicitação de informações sobre os relatórios que tratam do monitoramento e avaliação da execução do PEE/TO. Levou-se em consideração, nessa solicitação, a discussão de Souza, Pereira e Ranke (2020, p. 14), segundo os quais “a ausência de relatórios de acompanhamento e monitoramento do PEE/2015 pode ser considerada como um obstáculo para o planejamento de políticas [...]”, bem como a constatação de que a falta de publicização e transparência desses tipos de relatórios, no debate com a sociedade Tocantinense, colabora para o esquecimento do Plano como centro das políticas educacionais.

A *Comissão de Comunicação e Mobilização* teve o papel de articular as representações de entidades e movimentos no Estado e nos Municípios, na organização de seus Fóruns e Conferências Populares; orientar para organização dos Fóruns e Conferências Populares; e promover reuniões presenciais e virtuais para colaborar com a organização e com o fortalecimento dos Fóruns.

A *Comissão de Infraestrutura e Financiamento* assumiu como papel a articulação dos meios para garantir a infraestrutura e funcionamento do Fórum Estadual Popular de Educação e da Conepe-Tocantins, com suporte técnico e apoio financeiro e voluntário; a busca de apoio técnico e financeiro com colaboradores públicos e outras entidades; e a criação das condições de viabilização da logística para a realização da Conferência.

Conepe-Tocantins: a defesa da educação pública como centro das discussões

As discussões na 2ª Conepe-Tocantins materializaram-se a partir dos eixos propostos no Documento Referência Nacional (CONAPE, 2021), como mostra sua programação (CONEPE-TOCANTINS, 2022) e – para além da proposta da FNE (2018) sobre inclusão, equidade e qualidade como compromisso futuro com a educação brasileira – buscou promover o debate e encaminhar propostas no sentido de reconstruir o país com ênfase na retomada do Estado democrático de direito e na defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es.

29/04/2022/Noturno/presencial
Momento Cultural
Abertura – *SINETET, CUT, CNTE, Facomto, Anfope, Anpae, UNE, Ubes*
Aprovação do Regimento Interno da Conferência.

Comunicação Oral: *Um Projeto de Educação que garanta uma Nação Soberana*
(Live Heleno Araújo/CNTE)

30/04/2022/presencial

Matutino: Mesa Redonda – Problematização sobre os Eixos Temáticos da CONAPE 2022

Expositores:

Eixo I – Prof. Dr. Paulo Fernando de Melo Martins (UFT/Anfope)

Eixo II – Profa. Dra. Rosilene Lagares (UFT/Anpae)

Eixo III – Prof. Dr. Damião Rocha (UFT)

Eixo IV – Prof. Dr. José Carlos Silveira Freire (UFT)

Eixo V – Prof. Dr. Roberto Francisco de Carvalho (UFT)

Grupos de Discussão dos Eixos temáticos da CONAPE 2022/Vespertino

EIXO I – Décadas de lutas e conquistas sociais e políticas em xeque: o golpe, a pandemia e os retrocessos na agenda brasileira

Coordenador: Guilherme Barbosa (FNPE)

Relator: Prof. Esp. Ítalo Bruno Paiva Gonçalves (Mestrando PPGE/UFT)

EIXO II – PNE, planos decenais, SNE, políticas setoriais e direito à educação

Coordenadora: Profa. Alexandra Cândida Machado Sena (SINETET)

Relatora: Profa. MSc. Greice Quele Mesquita Almeida (Doutoranda PGEDA/UFT)

EIXO III – Educação, direitos humanos e diversidade: justiça social e inclusão

Coordenador: Prof. Carlos de Lima Furtado (CNTE)

Relatora: Profa. Esp. Ana Cléia Gomes da Silva (Mestranda PPGE/UFT)

EIXO IV – Valorização dos/as profissionais da educação: formação, carreira remuneração e condições de trabalho e saúde

Coordenador: Prof. Dr. Paulo Fernando de Melo Martins (UFT/Anfope)

Relator: Profa. MSc. Celestina Maria Pereira de Souza (Doutoranda PGEDA/UFT)

EIXO V – Gestão democrática e financiamento da educação: participação, transparência e controle social

Coordenadora: Profa. Maria do Carmo Ribeiro – Facomto

Relator: Prof. MSc. Raimundo Ferreira Rodrigues (Doutorando PGEDA/UFT)

Plenária Final/Vespertino

Coordenação: SINTET, CUT, CNTE, Faconto, Anfope, Anpae, UNE, Ubes

Deliberações dos EIXOS I, II, III, IV e V – culminância no Eixo VI: Construção de um projeto de Nação soberana e de Estado Democrático, em defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais, da educação e do PNE: especificidades do Tocantins

Relatores: Prof. Esp. Ítalo Bruno Paiva Gonçalves, Profa. MSc. Greice Quele Mesquita Almeida, Profa. Esp. Ana Cléia Gomes da Silva, Profa. MSc. Celestina Maria Pereira de Souza e Prof. MSc. Raimundo Ferreira Rodrigues (Pós-graduandos PPGE/PGEDA/UFT). (CONEPE-TOCANTINS, 2022, n. p., grifo nosso).

As discussões visaram estimular a participação efetiva e mobilizar os setores e segmentos da educação nacional dedicados à defesa do Estado democrático de direito, da Constituição Federal de 1988, do Plano Nacional de Educação (2014-2024) e de um projeto de Estado que garanta educação pública com a mais ampla abrangência, de gestão pública, gratuita, inclusiva, laica, democrática e de qualidade social para todas e todos, para consolidar uma plataforma comum de lutas pela educação no país, como definido no Documento Referência da Conape Nacional 2022 (CONAPE, 2021).

A Conferência buscou, nesse sentido, para além de uma participação figurativa e passiva daqueles que realizam a educação no Tocantins, promover a participação no processo de tomada de decisão, reverenciado nos princípios e práticas da gestão democrática substantiva que compreende os aparelhos privados de hegemonia (a exemplo da gestão da educação composta pelos espaços institucionais e populares de participação), como trincheira fundamental para a disputa da educação pública, laica e gratuita (GRAMSCI, 1977; SAVIANI, 1999; GADOTTI, 2008; FRIGOTTO, 1999).

Falamos de uma concepção de democracia na qual pressupomos a superação da hierarquia no processo de tomada de decisão que fragmenta o processo formativo, promove a divisão entre os que pensam e os que fazem, entre os que dirigem e os que são dirigidos. Ou seja, esta é uma concepção que tem como entendimento teórico-prático as possibilidades de os sujeitos – nas relações sociais que produzem a existência – serem dirigidos e dirigentes, como expressa Gramsci (1977).

Lembramos, nessa perspectiva, que a democracia efetivamente participativa se ocupa de promover o amplo acesso da população e dos membros de uma determinada instituição social aos diversos níveis de tomadas de decisões e de eliminar a dicotomia entre os que pensam e os que fazem, e entre os que planejam e os que executam. Por essa via de entendimento, destacamos que esta lógica de democracia é construtora de contra-hegemonia que tem, enquanto processo social, a pretensão de diminuir a distância entre administradores e administrados, e, no limite, enquanto vislumbre utópico, o objetivo de favorecer “a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente” (GRAMSCI, 1978, p. 183).

Na Sistematização dos Eixos, sob a Coordenação da *Comissão de Sistematização e Metodologia*, a participação de acadêmicos da Universidade Federal do Tocantins (UFT), dos Programas de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado/Educanorte – que pesquisam temáticas sobre política e gestão da educação

– deve ser destacada junto à participação dos trabalhadores da educação. Tal destaque, na concepção gramsciana de escola/educação unitária, relaciona-se com a articulação entre a formação universitária e o trabalho no âmbito das escolas (GRAMSCI, 2004; SAVIANI, 2007).

Essa articulação funciona como práxis que busca a unidade entre teoria e prática no que concerne à formação de professores e ao trabalho efetivado no espaço formativo escolar. Assim, na esteira do que nos ensina Gramsci (2004), de um lado, os estudantes – na relação que estabelecem com os profissionais da educação – superam a formação puramente academicista ao confrontar a realidade educacional com suas contradições no que se refere ao planejamento, ao financiamento, às práticas educativas e à avaliação do processo formativo. Do outro lado, os trabalhadores em educação, ao serem confrontados pelos aspectos teóricos trazidos pelos estudantes, podem ser desafiados a saírem da passividade prática que o trabalho formativo real no âmbito da educação lhes impõe, desafiando-os a continuarem trabalhando, estudando e refletindo sobre a realidade educacional concreta em busca de sua transformação.

A Conepe-Tocantins, nesses termos, constitui-se em importante trincheira contra-hegemônica que toma a democracia política como forma de organização da educação, como é o caso da educação do Tocantins. Essa trincheira é pensada e vivenciada como espaço de organização da luta e da resistência por uma educação não unilateral que seja incluyente, plural e participativa. Nessa direção, a Conepe-Tocantins buscou contar com o envolvimento do conjunto dos sujeitos que lidam direta e indiretamente com a educação pública. Em outras palavras, articular, conforme o Documento Referência da Conape, os “setores e segmentos da educação básica e superior, de todas as etapas e modalidades e dos movimentos sociais do campo e da cidade” (CONAPE, 2021, p. 17).

Para tanto, as condições materiais, institucionais, organizativas, ideológicas, informacionais e político-sociais são imperiosas para que possamos, para além do alcance instrumental, vislumbrar aprendizados substantivos mobilizadores de efetividade política e relevância sociocultural. Esse é o chamado que perpassa/perpassou os seis eixos propostos pela Conape 2022, dando continuidade à luta democrática por uma educação brasileira e tocantinense ancorada nos princípios de igualdade, liberdade, gratuidade e laicidade. Essa perspectiva de educação se materializa por meio das políticas sociais, do direito à educação, da inclusão diversificada, da valorização dos trabalhadores em educação, da gestão democrática e financiamento da educação e do projeto de Nação que tem o Estado e os aparelhos privados de hegemonia como arena de lutas e disputas no seio da sociedade (GRAMSCI, 2006), materializadas, de acordo com a presente reflexão, no processo de gestão institucional e escolar da educação do Tocantins.

A participação dos segmentos da comunidade escolar (estudantes, alunos e professores), pais de alunos, membros de instituições e de entidades representativas e interessados pela educação, em geral, é fundamental no desenvolvimento dessa luta e disputa que se coloca como contra-hegemônica à concepção e à lógica de educação e ao planejamento educacional que se fazem presentes no cenário brasileiro e tocantinense atual. Tal concepção se ancora no entendimento de Estado que tem a aparelhagem estatal como prioridade em relação à Nação e é compreendida na lógica

heterônoma que submete os interesses das pessoas/instituições sociais aos interesses exógenos, particularmente a classe trabalhadora, usuária da escola pública.

Estamos nos referindo à lógica de Estado neoliberal de escopo mínimo, em que a esfera pública é subsumida à esfera privada e a educação é entendida como mercadoria centrada no interesse individual e particular. A educação, nesse sentido, está de acordo com a noção de equidade, que traduz a permanência educativa na ideia de direito à aprendizagem e gestão do fluxo escolar como forma de controle social; na denominada inovação tecnológica, metodologias ativas e oferta de educação aberta e a distância; nas parcerias público-privadas; e na qualidade medida pelos índices estandardizados e pelas competências e habilidades expressas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) (BRASIL, 2018). Essa lógica formativa se distancia de “[...] uma qualidade capaz de promover uma atualização histórico-cultural em termos de uma formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social” (DOURADO; OLIVEIRA; SANTOS, 2007, p. 13).

Proposições de luta: especificidades da educação pública tocantinense

Na perspectiva do Estado integral ou ampliado (GRAMSCI, 1978, 2006), a Conape e a Conepe-Tocantins constituem-se num movimento articulador de forças sociais articuladoras das lutas – internas aos aparelhos institucionais privados de hegemonia – por uma educação contra-hegemônica e, portanto, contrainternalizante à lógica do capital (MÉSZÁROS, 2008) em sua fase privado-mercantil (SILVA JR, 2007). Ampliando o escopo da luta para além dos espaços escolares formais, a educação popular apresenta-se como fundamental e necessária no atual momento da educação brasileira.

Na direção do exposto, a mobilização efetivada na realização das Conferências Populares de Educação expressa uma direção política e democrático-popular inclusiva que dialoga com os preceitos constitucionais brasileiros e as vontades dos sujeitos participantes expressas nos coletivos sociais constituídos e em constituição.

A esse respeito, a Emenda Constitucional nº 108 (BRASIL, 2020, n. p.) preceitua a participação da sociedade na formulação, monitoramento, controle e avaliação das políticas sociais, entre elas as educacionais: “Art. 193 [...] Parágrafo único. O Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas”.

As Conferências no campo da educação, na perspectiva de Lagares, Almeida e Santos (2018, p. 146), são, então, espaços de participação, articulação e planejamento em uma perspectiva democrática:

[...] as conferências de educação podem ser considerados espaços que vêm se constituindo de modo democrático, para a interlocução e como instrumentos diferenciados do planejamento da educação, instituindo a reflexão a respeito de uma concepção pedagógica crítica, o enfrentamento de políticas ilegítimas e a construção dos sistemas de educação, com fortalecimento da escola pública [...].

Na sistematização das proposições da Conepe-Tocantins (2022), na Plenária Final, as manifestações foram enfáticas pelo respeito ao Estado Democrático de Direito no Brasil, agregando forças às premissas do Documento Referência, especificamente, ao debate do Eixo VI – Construção de um projeto de Nação soberana e de Estado Democrático, em defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais, da educação e do PNE. Além disso, estabeleceram-se correlações com as demandas específicas da educação tocaninense.

Nesse movimento sobressaíram como especificidades e prioridades: a regulamentação e a efetivação do regime de colaboração entre os sistemas de ensino; a instituição de política de financiamento da educação, como garantido no PEE/TO e nos Planos Municipais de Educação (PME); a garantia do princípio da gestão democrática, com sua normatização, e efetivação da eleição direta para diretores/gestores nas unidades de ensino como um de seus mecanismos, entendendo que esse processo consolida a democracia nas escolas contra o fim da intervenção político-partidária; a instituição de política permanente de formação continuada dos profissionais da educação; a realização imediata de Concurso Público em âmbito estadual e municipal; a revisão de Planos de Carreira da Educação, com garantia de condições de trabalho e dos direitos elencados na carreira; a garantia do princípio do respeito aos direitos humanos e à diversidade de gênero e à orientação sexual, que foram retirados do PEE/TO e dos PME após manobras de setores fundamentalistas da Assembleia Legislativa do Tocantins e das Câmaras Municipais; o combate ao assédio moral da Secretaria de Estado da Educação nas escolas; a manutenção do Ensino de Jovens e Adultos, sobretudo nas escolas de periferia das maiores cidades; e o retorno do Ensino Médio noturno, com auxílio financeiro aos estudantes pelo Sistema de Ensino Estadual.

Ademais, no debate, sobressaiu o tema da execução do PEE/TO (2015-2025) e do cumprimento de suas diretrizes, metas, estratégias e demais dispositivos (TOCANTINS, 2015), assim como urgência da sistematização e/ou divulgação dos relatórios de monitoramento e avaliação sob a incumbência da Secretaria da Educação, da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, do Conselho Estadual de Educação e do Fórum Estadual de Educação, como disposto na Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015 (TOCANTINS, 2015, art. 4º), como garantia do acompanhamento social, do diagnóstico da educação tocaninense e da construção do PEE para o próximo decênio.

Mesmo que em uma conjuntura hostil a eventos com presença física, considerando a pandemia da covid-19, a Conferência Popular marcou a retomada do debate presencial no Tocantins, tematizando a educação em uma perspectiva crítica, constituindo-se em um momento/espço de democracia participativa e de resistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizando tensões e desafios que se colocaram no movimento de realização da 2ª Conepe do Tocantins, e tomando a Conferência como mecanismo de gestão democrática e planejamento de políticas públicas educacionais e como movimento e espaço de resistência política às medidas educacionais que negam o

direito à educação, este artigo tem como foco a participação e busca um amadurecimento da própria democracia. Discute a importância e o papel das conferências populares de educação na conjuntura de inviabilização da educação pública, sendo elas, portanto, movimentos que materializam a contradição, inserindo a disputa entre classes no debate e na construção de propostas para o campo educacional.

O Fórum Estadual Popular de Educação do Tocantins, reunindo associações, entidades defensoras da educação pública e estudantes de graduação e pós-graduação em educação, ainda que não tenha materializado diálogos estaduais em conferências populares regionais ou municipais, organizou a 2ª Conepe-Tocantins com o desafio de transformá-la em trincheira (GRAMSCI, 2004) fundamental para a disputa da educação pública, como movimento e espaço de resistência política.

Nos meandros da sua organização, o debate assentou-se, entre outras, na premissa de que as Conferências Estaduais e Municipais Populares se constituem em espaços privilegiados para a análise dos relatórios de monitoramento e avaliação de execução dos Planos Estaduais e Municipais de Educação e para o cumprimento de suas diretrizes, metas, estratégias e demais dispositivos. São relatórios que nascem de um *“movimento que guarda um vínculo orgânico de acompanhamento, monitoramento e avaliação”* (ALMEIDA, 2022, p. 20, grifo nosso), organizando os diversos grupos sociais e que têm como fio condutor a realidade concreta.

Como em qualquer processo social, as conferências populares de educação também têm as suas contradições e elas não podem ser evocadas como salvadoras da pátria, tendo em vista que a educação brasileira é multideterminada. Os condicionantes da educação brasileira são diversos e englobam, entre outros aspectos, os institucionais, ideológicos, econômicos e políticos (SAVIANI, 2010).

Embora o conteúdo da Conferência Popular do Tocantins tenha sido importante e nela tenha acontecido um debate aprofundado, o processo de sua realização revelou uma participação abaixo do que se esperava. Assim, para além dos condicionantes que extrapolam a capacidade local, no plano institucional, parece ser importante uma maior e melhor mobilização para as ações futuras, tão necessárias no momento histórico educacional de retrocesso.

Faz-se necessário, ainda, ampliar o leque de instituições, organizações e movimentos que se interessam pelo desenvolvimento de uma educação popular democrático-participativa asseguradora do direito à educação com qualidade socialmente referenciada. A tarefa para os organizadores da Conferência, nesse prisma, é desafiadora e requer, além de um planejamento estruturante, a criação das condições materiais e políticas para a sua realização. A lógica organizativa para a realização das conferências nacionais – considerando as contradições inerentes às práticas sociais capitalistas – não pode ocorrer na perspectiva ideológica internalizante e fragmentária com a qual a classe dominante opera. Nesse sentido, é preciso pensar a educação com uma nova concepção de mundo que, partindo da realidade concreta brasileira que temos (senso comum), por meio da elevação intelectual e moral, descortina-se no bom senso, na consciência filosófica (SAVIANI, 1989). Será uma concepção que possibilita a superação da lógica de educação unilateral e internalizante ao capital por uma educação de escopo amplo e contrainternalizante (MÉSZÁROS, 2008).

Por essa via de entendimento, a Conepe do Tocantins – mesmo com as limitações mencionadas – vem cumprindo um importante papel como trincheira na luta pela educação de novo tipo, que busca contribuir para a formação de um novo ser humano, comprometido com a realização de uma possível nova sociedade justa, humana e emancipadora. Nesse sentido, cumpre um papel educador importante para os trabalhadores da educação que lutam por se constituir em classe para si, consciente do seu lugar e papel social.

Artigo recebido em: 31/08/2022
Aprovado para publicação em: 10/10/2022

POPULAR STATE CONFERENCE ON EDUCATION OF TOCANTINS: TRENCH FOR THE PUBLIC EDUCATION DISPUTE

ABSTRACT: In light of the critical-dialectical perspective and based on bibliographic sources and empirical documents, the objective is to problematize the main tensions and challenges that are planted in the movement of realization of the 2nd Popular State Conference on Education of Tocantins, in May 2022, addressing collective issues, intersecting their organization and building propositions. Taking the Popular Conferences as movements and spaces of political resistance for educational actions that do not have repercussions on education and as mechanisms for democratic management and planning of public educational policies, they reiterate their importance in this situation of infeasibility of public education. This movement materializes the contradiction, with the dispute of classes in the debate and in the construction of proposals for the educational field.

KEYWORDS: Conepe-Tocantins. Educational Policy. Democratic Management of Education. Education Congresses.

CONGRESO POPULAR ESTATAL DE EDUCACIÓN DE TOCANTINS: TRINIDAD POR EL CONFLICTO DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA

RESUMEN: A la luz de la perspectiva crítico-dialéctica y con base en fuentes bibliográficas y empírico-documentales, el objetivo es problematizar las principales tensiones y desafíos que se plantearon en el movimiento de realización de la 2ª Conferencia Estatal Popular de Educación de Tocantins, en mayo de 2022, abordando sujetos colectivos, entresijos de su organización y construcción de proposiciones. Tomando a las Conferencias Populares como movimientos y espacios de resistencia política a las medidas educativas que niegan el derecho a la educación y como mecanismos de gestión y planificación democrática de las políticas públicas educativas, se reitera su importancia en esta coyuntura de inviabilidad de la educación pública. Este movimiento materializa la contradicción, con la disputa de clases en el debate y en la construcción de propuestas para el campo educativo.

LAGARES, R.; CARVALHO, R. F. de; MARTINS, P. F. de M.; ALMEIDA, G. Q. M.

PALABRAS CLAVE: Conepe-Tocantins. Política Educativa. Gestión Democrática de la Educación. Congresos de Educación.

NOTAS

1 - Utilizamos nesse artigo o entendimento de movimento como um princípio do Materialismo histórico e dialético com o sentido de que a vida e as relações sociais encontram-se em processo, portanto inacabadas e incompletas, e em movimento de transformação. No campo social as transformações ocorrem por meio das forças sociais que impulsionam movimentos contraditórios em conflito que se opõem, promovendo alterações multideterminadas (MARX, 1982, 2013).

2 - O contexto de 2020, 2021 e início de 2022 é de pandemia da covid-19.

3 - Em decorrência do contexto da covid-19, as Conferências/etapas Intermunicipais ainda não foram realizadas. No referido evento, as discussões se concentraram na etapa estadual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. Q. M. **Relatório de Exame de Qualificação Doutorado:** Delineando o monitoramento, acompanhamento e avaliação do PEE/TO (2015-2025) e a atuação do FEE/TO. 2022. Relatório (Doutorado em Educação na Amazônia) – Associação em Rede, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO, 2022.

ALMEIDA, G. Q. M.; SANTOS, L. V.; DAMASCENO, A. A gestão democrática nos sistemas de ensino: a experiência das Conferências Municipais de Educação e da Rede de Colaboração Tocantins no século XXI. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [s. /], v. 6, [s. n.], e13424, dez. 2021. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/13424>. Acesso em: 9 mar. 2022.

AVRITZER, L. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 43-59, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/9w6qNL9D8rbHg9xYbzdTFbj/abstract/?lang=en>. Acesso em: 5 mar. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 5 mar. 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020.** Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de

Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 11 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a base. Brasília, DF: MEC, [2018]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 7 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 577, de 27 de abril de 2017**. Dispõe sobre o Fórum Nacional de Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/legislacao/portaria_577_27042017.pdf. Acesso em: 7 mar. 2021.

CHALOUB, J. G. S.; PERLATTO, F. Intelectuais da 'nova direita' brasileira: ideias, retórica e prática política. **Insight Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 72, p. 25-42, 2016. Disponível em: <https://inteligencia.insightnet.com.br/a-nova-direita-brasileira-ideias-retorica-e-pratica-politica/>. Acesso em: 5 mar. 2022.

FNE. **CONAE 2018**. Conferência Nacional de Educação [Documento Referência]. [Brasília, DF]: MEC, 2018. Disponível em: https://fne.mec.gov.br/images/doc_referencia_conae_2018.pdf. Acesso em: 30 out. 2022.

CONAPE (CONFERÊNCIA NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO). **Documento Referência**. [Brasília, DF]: FNPE, abr. 2021. Disponível em: https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2022/02/documento_referencia_da_conape_2022_final.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022.

CONepe-TOCANTINS (CONFERÊNCIA ESTADUAL POPULAR DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS). **Programação Conepe-Tocantins**. Palmas, TO: FNPE, 2022.

DORE, R. Gramsci e o debate sobre a escola pública no Brasil. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, v. 26, n. 70, p. 329-352, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/JQqvjsTwVfGYnTvZyq3N3Kf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2022.

LAGARES, R.; CARVALHO, R. F. de; MARTINS, P. F. de M.; ALMEIDA, G. Q. M.

DOURADO, L. F.; ARAÚJO, W. Do FNE ao FNPE: a Conape como resistência. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 12, n. 23, p. 207-226, jul./out. 2018. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/861>. Acesso em: 24 jul. 2022.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. (Textos para Discussão, n. 24).

FNPE (FÓRUM NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO). **Convocatória para Construção da Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE 2018)**. Brasília, DF: CNTE, 2018. Disponível em: https://cnpe.org.br/images/stories/2017/convocatoria_adeseo_a_conape_2018f.pdf. Acesso em: 9 mar. 2022.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

GADOTTI, M. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 4. ed. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. 3. ed. Tradução: Luiz Mário Gazaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi Editore, 1977.

LAGARES, R.; ALMEIDA, G. Q. M.; SANTOS, J. S. Congressos e conferências nacionais de educação: espaços sociais democráticos de interlocução e planejamento. **Revista Signos**, Lajeado, [RS], ano 39, n. 1, p. 146-149, 2018. Disponível em: <http://www.univates.br/revistas/index.php/signos/article/download/1610/1347>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MARX, K. O método da economia política. *In*: MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. Tradução: Edgard Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 14-19.

MARX, K. **O capital**. Tradução: Rubens Enderle, Celso Naoto Kashiura Jr. e Márcio Bilharinho Naves. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

MESSEMBERG, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 621-648, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/KP5Fw74VrvfByjxRPHfKbRS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 mar. 2022.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. Tradução: Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, I. B.; SÜSSEKIND, M. L. Do tsunami conservador à resistência: a Conape em defesa da educação pública. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84868, set. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/w4Pq6Yrn3c8RXXQWBvvXXTk/?lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2022.

PENTEADO, C.; LERNER, C. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, abr. 2018. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/5A-direita-na-rede-mobilizacao-online-no-impeachment-de-Dilma-Rousseff-Dossie.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2022.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 1989.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 15, n. 44, p. 380-393, maio/ago. 2010.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 3 mar. 2022.

SILVA JR, J. dos R. **O pragmatismo como fundamento das reformas educacionais no Brasil**. Campinas, SP: Alínea, 2007.

SILVA, J. P. de S. da; MEI, D. S. O desmantelamento do direito à educação no pós golpe. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 12, n. 23, p. 289-306, jul./out. 2018. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/852/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SINETET (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO TOCANTINS). **Programação Conepe-Tocantins**. Palmas, TO: Sintet, 2018. Disponível em: <https://sintet.org.br/noticias/2018/5/10/ultimasnoticias-575-sinetet-realiza-etapa-estadual-da-conape-no-tocantins-nesta-sexta-dia-11/>. Acesso em: 30 out. 2022.

LAGARES, R.; CARVALHO, R. F. de; MARTINS, P. F. de M.; ALMEIDA, G. Q. M.

SOUZA, C. M. P.; PEREIRA, J. M.; RANKE, M. C. J. Reflexos da Pandemia na evasão/abandono escolar: a democratização do acesso e permanência. **Rev. Bras. Educ. Camp.**, Tocantinópolis, v. 5, [s. num], e10844, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e10844>. Acesso em: 10 mar. 2022.

TOCANTINS. **Lei nº 2.977, de 8 de julho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins – PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências. Palmas, TO, 2015. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/209815>. Acesso em: 10 mar. 2022.

ROSILENE LAGARES: Pós-doutora em Educação (Unoesc, 2019), doutora e mestre em Educação (UFG, 2007; 1998). Graduada em Pedagogia (UFG, 1989). Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Campus de Palmas do Curso de Pedagogia, Programa de Pós Graduação em Educação Mestrado acadêmico e Doutorado em Educação na Amazônia (PGEDA/Rede Educante). Líder do Grupo de estudo, pesquisas e extensão em Educação Municipal na UFT (GepeEM), cadastrado no CNPQ/CAPES. Diretora da Anpae Tocantins. Filiada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped) e à Associação Nacional de Administração em Educação (Anpae). Membro do Fórum Estadual de Educação do Tocantins (FEE-TO).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2959-5573>

E-mail: roselagares@uft.edu.br

ROBERTO FRANCISCO DE CARVALHO: PhD em Políticas Públicas e Formação Humana (Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ). Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Campus Universitário de Palmas, Cursos de Filosofia e Teatro. Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em Educação da UFT (PPPGE). Participa, como membro, da Associação nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Compõe o quadro de formadores da Rede Colaboração Tocantins (RCT). É pesquisador na área de Sociedade, Política e Gestão Educacional e Currículo, vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa Práxis Socioeducativa e Cultural, ao Núcleo de Pesquisa em Educação, Desigualdade Social e Políticas Públicas (NEPED) e à Rede Universitárias/BR.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7278-181X>

E-mail: carvalho1917@gmail.com

PAULO FERNANDO DE MELO MARTINS: Doutor em Educação (UFG). Mestre em Educação (UERJ). Historiador (UFRJ) e Pedagogo (UERJ). Professor Associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT) do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação. Coordena o Projeto Central QualiTopama (em parceria com o Ministério da Saúde) e o Núcleo Interdisciplinar de Educação em Direitos Humanos (NIEDIH), desenvolvendo estudos acerca de metodologias do ensino de História e

direitos humanos. Membro do Laboratório para Estudos sobre Carreira Docente (LECDOC/UFT) do Projeto Universidade da Maturidade (UMA/UFT).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3551-8363>

E-mail: pauloferando@uft.edu.br

GREICE QUELE MESQUITA ALMEIDA: Doutoranda em Educação na Amazônia pela UFPA/UFT- Rede EDUCANORTE. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Tocantins (2017). Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (2014). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Tocantins (2010). Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Tocantins, campus Dianópolis. Filiada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped) e à Associação Nacional de Administração em Educação (Anpae).

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4910-6397>

E-mail: greice.almeida@ifto.edu.br

Este periódico utiliza a licença Creative Commons Attribution 3.0, para periódicos de acesso aberto (Open Archives Initiative - OAI).